

O conceito de autonomia de Paulo Freire entre as tradições socialistas

João Gabriel da Costa¹

Resumo: Autonomia é um conceito que ganhou maior relevância nas lutas sociais estudantis e sindicais do campo da educação a partir de 2015. Essa categoria apresenta distintos usos dentro do pensamento socialista, incluindo autores e escolas como Karl Marx, Mikhail Bakunin, a Teoria Crítica, Cornelius Castoriadis e Paulo Freire. A obra *Pedagogia da autonomia* foi analisada com o objetivo de identificar a origem e o significado do conceito no pensamento freireano. São constatados distintos usos, relacionados principalmente à oposição à dependência e ao amadurecimento do ser-para-si. São discutidas as possibilidades da apropriação neoliberal sobre sua ideia de autonomia e as diferenças entre a autonomia como característica do indivíduo ou de uma classe social. Por fim, é ressaltada a relevância de pensar uma educação para a autonomia na contemporaneidade.

Palavras-chave: Análise de conceito; neoliberalismo; Cornelius Castoriadis.

Abstract: *Autonomy is a concept that has gained greater relevance in student and union social struggles in the field of education since 2015. This category has different uses within socialist thought, including authors and schools such as Karl Marx, Mikhail Bakunin, Critical Theory, Cornelius Castoriadis, and Paulo Freire. The work "Pedagogy of Autonomy" was analyzed to identify the origin and meaning of the concept in Freirean thought. Different uses are identified, mainly related to the opposition to dependence and the maturation of the being-for-itself. The possibilities of neoliberal appropriation of his idea of autonomy and the differences between autonomy as a characteristic of the individual or of a social class are discussed. Finally, the relevance of thinking about education for autonomy in contemporary times is highlighted.*

Keywords: *Concept analysis; neoliberalism; Cornelius Castoriadis.*

Introdução

No ambiente político contemporâneo, marcado por reformas educacionais e perdas de direitos trabalhistas na educação, se destacam também alguns movimentos de resistência, entre eles as ocupações de escolas organizadas

¹ Doutorando – Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT/UFSC).

pelo movimento estudantil secundarista. Em 2015, após a ocupação de mais de 200 escolas no Estado de São Paulo, foi derrotado um projeto de reorganização escolar que fecharia quase uma centena de colégios e afetaria a vida de mais de 300 mil estudantes. No segundo semestre de 2016, inspirado pela vitória do ano passado, mais de mil escolas e universidades foram ocupadas por estudantes em diferentes Estados contra a Reforma do Ensino Médio e a PEC 55.

Pela atuação baseada na autogestão dos espaços escolares (GROPPO et al., 2017), na indisposição para mediar os conflitos em negociação com representantes do Estado, na centralidade da ação direta – além de influência recebida de grupos como o Movimento Passe Livre e o coletivo secundarista O Mal Educado – autores como Januário et al. (2016) consideram que a mobilização das ocupações de escolas compõe junto a esses movimentos um campo político autonomista, caracterizado por uma cultura política própria.

O conceito de autonomia, desde então, tem se tornado mais relevante na política nacional e chamado atenção na educação e na academia. Autonomia é, também, um tema reivindicado com centralidade por Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia* (FREIRE, 2015), o último livro publicado em sua vida, em 1996, marcando uma trilogia junto a *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Esperança*. Nele, realiza uma síntese de seu pensamento em forma de uma lista de saberes necessários à prática educativa. Quais caminhos a ideia de autonomia fez, desde seu uso no início do movimento operário, até chegar em Paulo Freire – e que sentido ele possui em *Pedagogia da Autonomia*?

A ideia de autonomia no movimento operário

A filosofia de Freire, além da influência do tomismo cristão e do humanismo existencialista, tem referência direta ao materialismo histórico-dialético e ao comunismo de Marx e Engels (AZEVEDO, 2010). No entanto, autonomia não é uma categoria central nesses autores. Para Marx, a tendência capitalista no

campo da produção – a infraestrutura que condiciona ou determina os demais âmbitos – é pelo monopólio dos meios de produção e a consequente perda da capacidade de escolha dos trabalhadores sobre o que produzir e como fazê-lo (FRIEDMAN, 1977). Nas formas organizativas do movimento operário, a maior parte do campo comunista defendeu modelos de centralização das decisões; no campo da estratégia, sustentaram a disputa do Estado dentro da democracia representativa, algumas das divergências que levaram ao racha na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1872 (ANGAUT, 2007).

Essas posições estavam em conflito com outro setor que também se formava no seio do movimento operário na segunda metade do século XIX, cujos militantes deram relevância à categoria da autonomia, uma das explicações de se oporem aos posicionamentos do campo em torno de Marx. Bakunin, talvez o mais influente na corrente coletivista – posteriormente anarquista – do movimento operário, defendia o federalismo e a autonomia como modelo organizativo para a AIT e também para a sociedade futura. Corrêa (2014) aponta trechos em que Bakunin – ainda nesta época de sua transição ao anarquismo – reivindica o conceito de autonomia:

[O] russo havia preparado uma intervenção maior, que teria por objetivo apresentar a conjuntura da Rússia em relação à Europa, e a incompatibilidade existente entre “o Estado centralizado, burocrático, militar e a Liberdade”; isso deveria ser feito a partir do “desenvolvimento do princípio do federalismo e da autonomia das províncias e das comunas”, único princípio que, a seu ver, harmoniza-se com “o princípio socialista”, podendo “assegurar a paz da Europa fundada na emancipação real dos povos”.

As principais obras sobre a história global do anarquismo apontam Bakunin como o autor e militante mais influente dessa corrente política (SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009), então nos limitamos a destacar que essa categoria continua presente em grande parte da tradição anarquista até o presente.

Dentro da tradição marxista, algumas gerações mais tarde, o conceito de heteronomia é utilizado pelos autores Theodor Adorno e Max Horkheimer, da

Escola de Frankfurt, para caracterizar diversos âmbitos sociais de sua época, assim como a autonomia é reivindicada em associação a sua ideia de emancipação. Para eles, a formação para a emancipação envolve o desenvolvimento da autonomia intelectual, a reflexão sobre o todo social, o pensamento crítico e a disposição para a intervenção na sociedade (SGRILLI, 2008). Não por acaso, uma das bases da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt é a ideia de Esclarecimento de Immanuel Kant, autor que também elaborou as categorias de autonomia e heteronomia (GRZIBOWSKI, 2017).

Mas, no campo marxista, foi possivelmente o filósofo e militante greco-francês Cornelius Castoriadis (1922-1997), membro do grupo *Socialisme ou Barbarie*, aquele que deu maior centralidade para a ideia de autonomia. Embora sua concepção seja geralmente apresentada a partir de sua categoria de instituição imaginária e seus estudos de psicanálise, é interessante ressaltar essa característica de sua obra no texto “Sobre o conteúdo do socialismo” (CASTORIADIS, 2010), uma análise crítica da União Soviética, porque nele o autor desenvolve o argumento da burocracia enquanto uma classe social e defende a autonomia da classe operária como elemento necessário da ruptura com o capitalismo, ao contrário do que ele constata na URSS:

O programa da revolução socialista não pode ser outro senão o da gestão operária. Gestão operária do poder, ou seja, poder dos organismos autônomos das massas (soviets ou Conselhos); gestão operária da economia, ou seja, direção da produção pelos produtores, organizados também em organismos do tipo soviético (CASTORIADIS, 2010, p. 31).

É dessa forma que é utilizada sua noção de autonomia, como a atividade criadora das massas, sua capacidade de decisão e atuação própria. Nesse sentido, autonomia é uma característica da classe, quando depende de seus próprios organismos para a luta social e quando decide coletivamente sobre a forma e o objetivo de toda a produção na sociedade.

Ao mesmo tempo, para ele, “não há sociedade autônoma sem indivíduos autônomos”. Castoriadis relaciona a autonomia do sujeito à consciência de

que as instituições e leis que nos governam são criações humanas, ou seja, só pode existir autonomia quando há liberdade para a intervenção e transformação das leis e instituições existentes – motivo pelo qual também “não podem existir indivíduos verdadeiramente autônomos fora de uma sociedade autônoma”, fora da autonomia coletiva (CASTORIADIS, 1998).

A partir desse mapeamento de diferentes referenciais que utilizam o conceito de autonomia dentro do campo socialista, a obra *Pedagogia da autonomia* será analisada comparativamente com o objetivo de identificar a origem e a intencionalidade político-pedagógica desse conceito em sua obra.

Autonomia em Pedagogia da Autonomia

As edições mais recentes da *Pedagogia da Autonomia* publicadas no Brasil pela editora Paz e Terra possuem um prefácio da professora da UFES Edna Castro de Oliveira, onde ela abre o livro com uma pertinente advertência:

Nesse contexto em que o ideário neoliberal incorpora, entre outras, a categoria de autonomia, é preciso também atentar para a força de seu discurso ideológico e para as inversões que pode operar no pensamento e na prática pedagógica ao estimular o individualismo e a competitividade (FREIRE, 2015, p. 13).

Freire não trata explicitamente dessa disputa pelo sentido da autonomia, mas constrói por toda a obra diferentes significados para essa categoria:

Um esforço sempre presente à prática da autoridade coerentemente democrática é o que a torna quase escrava de um sonho fundamental: o de persuadir ou convencer a liberdade de que vá construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindos de fora de si, reelaborados por ela, a sua autonomia. É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua *dependência*. Sua autonomia que se funda na *responsabilidade*, que vai sendo assumida. (FREIRE, 2015, p. 91-92, *itálicos do autor*).

Nesse trecho, é possível notar que sua concepção de autonomia, assim como de liberdade, se constrói social e historicamente em cada indivíduo; não é

ponto de chegada, mas caminho. Um trajeto que se afasta progressivamente da dependência, que seria seu oposto. Em diferentes momentos do livro, autonomia é citada ao lado de identidade cultural como fatores que exigem respeito por parte da educadora ou educador: “Saber que devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber” (FREIRE, 2015, p. 61). Essa autonomia individual, que precisa ser construída socialmente, é parte do processo de se tornar sujeito, como fica nítido em outras citações:

A alfabetização, por exemplo, numa área de miséria, só ganha sentido na dimensão humana se, com ela, se realiza uma espécie de psicanálise histórico-político-social de que vá resultando a extorção da culpa indevida. A isto corresponde a "expulsão" do opressor de "dentro" do oprimido, enquanto *sombra* invasora. Sombra que, expulsa pelo oprimido, precisa de ser substituída por sua autonomia e sua responsabilidade (FREIRE, 2015, p.81, itálico do autor).

Essa culpa a que Freire se refere é o discurso individualista do neoliberalismo, que considera a desigualdade uma fatalidade e que responsabiliza os indivíduos pelo seu insucesso, sua pobreza e condição subalterna. A herança intelectual do humanismo existencialista de Sartre também compõe sua visão de autonomia, ao utilizar a ideia de *ser-para-si*, ou a emergência do ser dotado de consciência:

A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é vir a ser. (...) É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade (FREIRE, 2015, p. 105, itálico do autor).

Freire conclui essa ideia de autonomia – bastante alinhada com sua perspectiva ontológica do ser em construção, condicionado social e historicamente – falando sobre como estimular a autonomia das crianças; por exemplo, ao dar a elas a possibilidade de escolher a hora de fazer seus deveres escolares. Por fim, há um único trecho onde Paulo Freire se refere explicitamente a autonomia como um atributo de uma classe social:

Que podem pensar alunos sérios de um professor que, há dois semestres, falava com quase ardor sobre a necessidade de luta pela autonomia das classes populares e hoje, dizendo que não mudou, faz o discurso pragmático contra os sonhos e pratica a transferência de saber do professor para o aluno?! (FREIRE, 2015, pp. 35-36).

Em que pese seja um recurso retórico, onde inventa a fala de um suposto professor, é uma imagem de um professor no mesmo campo progressista que Freire se coloca, então podemos depreender que há acordo com essa visão de autonomia coletiva, autonomia de classe, ainda que seu argumento ressalte a necessidade da coerência prática do indivíduo com sua fala.

Considerações Finais

No que diz respeito à noção de autonomia de Freire, não há dúvidas de que ela é empregada de maneira distinta em Pedagogia da *autonomia* e no texto *Sobre o conteúdo do socialismo*, onde ela é uma categoria aplicável à ação coletiva da classe trabalhadora. O uso hegemônico em Freire é um que se aplica ao indivíduo, quando é capaz de tomar suas próprias decisões, quando é independente, quando reconhece sua ação social e histórica e se torna sujeito. Ainda assim, cabe notar que ele utilizou não apenas autonomia, mas também a categoria de *heteronomia* – seu oposto – um termo muito menos frequente, mas que também está presente na obra de Kant, Adorno, Horkheimer e particularmente em Castoriadis.

Essa constatação, por si só, não é suficiente para sentenciar que Paulo Freire abre brechas para captura pelo neoliberalismo ou à responsabilização individual pelas condições sociais. Suas bases teóricas e horizonte político, motivados pelo materialismo histórico-dialético, pela ética humanista e pelo horizonte de transformação coletiva da sociedade, estão nitidamente expressos no livro, nas referências à luta social pela reforma agrária e nas críticas ao próprio capitalismo neoliberal. Tampouco concluímos que há sentidos opostos para a autonomia em comparação ao conjunto da obra de

Castoriadis, onde o plano individual também é discutido com profundidade, embora a partir da psicanálise.

Por outro lado, tanto o livro quanto a biografia de Freire atestam que – diferentemente de Castoriadis e de Bakunin – ele não compartilhou plenamente da crítica autonomista às formas organizativas centralistas dentro das lutas sociais ou a crítica da estratégia de transformação social vinculada à disputa do Estado. Caberia ainda analisar onde a autonomia de Freire se encontra nos debates sobre participação ou descentralização do poder; representatividade política; aprimoramento ou ruptura com a democracia liberal; entre outros suscitados pela categoria da autonomia (MARTINS, 2002).

No que diz respeito ao debate sobre o plano individual-coletivo, Freire busca resolvê-lo através da sua concepção de que o sistema social condiciona o ser, mas não é capaz de determiná-lo. Pela capacidade humana de se reconhecer inacabado, surge a possibilidade da ação, da escolha e da ruptura – que obriga a consideração ética – e faz do indivíduo sujeito, onde ele se reconhece como parte de uma classe social, que Freire não chama de classe trabalhadora, mas de classe dos oprimidos, excluídos, condenados, entre outras identidades que apontam para uma composição mais ampla. Para ele, não existe oposição entre a autonomia do sujeito e a ação coletiva, existe complementaridade ou mesmo dependência – é condição para a reivindicação de classe a formação de cada ser-para-si, sua construção de determinados saberes e valores sobre a sociedade e sobre sua capacidade de intervenção nela.

Nossa época é caracterizada por uma profunda heteronomia, onde os poderes econômicos, políticos e cultural-ideológicos estão na mão de cada vez menos pessoas, mas ainda assim capazes de direcionar cada vez mais todos os âmbitos da vida social e do cotidiano dos excluídos. Produzir uma educação para a autonomia dos sujeitos, nos passos que trilharam Bakunin,

Castoriadis, Freire ou os estudantes que ocuparam escolas em 2015 e 2016, é uma tarefa contemporânea.

Referências bibliográficas

ANGAUT, J. Le conflit Marx-Bakounine dans l'internationale: une confrontation des pratiques politiques. **Actuel Marx**, vol. no 41, no. 1, pp. 112-129, 2007.

AZEVEDO, J. A. Fundamentos filosóficos da pedagogia de Paulo Freire. **Akrópolis, Umuarama**, v. 18, n. 1, p. 37-47, 2010.

CASTORIADIS, C. De la autonomía en política. El individuo privatizado. **Le Monde Diplomatique (edición española)**, n. 28, p. 27., 1998.

CASTORIADIS, C. **Sobre o conteúdo do socialismo / Os movimentos dos anos 60.** Editora Achiamé, 2000.

CORRÊA, F. Federalismo, socialismo e antiteologismo de Bakunin. **Instituto de Teoria e História Anarquista**, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora Paz e Terra, Coleção Saberes, 51ª Edição, 2015.

FRIEDMAN, A. Responsible Autonomy Versus Direct Control Over the Labour Process. **Capital & Class**, vol. 1, ed. 1, pp. 43-57, 1977.

GROPPO, L. A.; TREVISAN, J. R. F.; BORGES, L. F.; BENETTI, A. M. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. **Educação Temática Digital**, Campinas, vol. 19, pp. 141-164, 2017.

GRZIBOWSKI, S. Levinas e Kant: um estudo a partir da autonomia e heteronomia. **Revista de Filosofia Aurora**, v. 22, n. 31, p. 545-556, 2017.

JANUÁRIO, A.; CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9., 2016.

MARTINS, A. M. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 207-232, 2002.

SCHMIDT, M.; VAN DER WALT, L. **Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism.** AK Press: Oakland, CA, 2009.



SGRILLI, H. P. A formação para autonomia: contribuições da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8, n.3, p. 307-318, 2008.